

Relatório

10º Fórum da Internet no Brasil (2020)

1. Informações básicas sobre o Workshop

Título e tema do Workshop: **Workshop "Jovens perguntam, Conselheiros respondem: Qual o Futuro da Governança da Internet no Brasil?"**, realizado dia **23/09** (quarta-feira), **entre 16h e 17h30** no 10º Fórum da Internet no Brasil (FIB10).

Formato: Mesa redonda

Descrição: “O modelo de governança da internet adotado pelo Brasil possui princípios e procedimentos ainda pouco conhecidos pela população em geral. Esta mesa redonda pretende esclarecer, por meio de uma conversa guiada por perguntas estratégicas, as razões e procedimentos que envolvem a governança da internet no Brasil. No centro dos debates do workshop estão jovens, curiosos e engajados sócio-virtualmente, e conselheiros do CGI.br, representantes da sociedade no modelo de tomada de decisões no tema.”¹

Transmitido em: <https://www.youtube.com/watch?v=xqx1lQJAZjs>

Proponentes e co-proponentes:

- **Paloma Rocillo (Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS - Terceiro Setor)**

Pesquisadora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade. Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Monitora do Grupo de Estudos sobre Internet, Inovação e Propriedade Intelectual (GNET – UFMG). Participante do Programa Youth CGI.br em 2019.

Palestrantes:

- **Demi Getschko - (CGI.br)**

Engenheiro eletricitista formado pela Escola Politécnica (EP) da USP, com mestrado e doutorado em Engenharia, é Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br) e Professor Associado da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Foi membro da diretoria da ICANN pela ccNSO.

- **Nivaldo Cleto (CGI.br - Empresarial)**

Engenheiro Eletricista pela Faculdade de Engenharia São Paulo, Engenheiro de Operação Eletrotécnico pela Faculdade Mackenzie, Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - Sócio da Nivaldo Cleto Contadores Associados SS Ltda, da TARC Autoridade Certificadora e Serviços de Certificação. Digital Ltda, Vogal da

¹ Descrição fornecida pela moderação do Workshop.

Junta Coml do Est. de SP - Representante da União, Perito Judicial, Presidente da Associação das Autoridades de Registro Do Brasil. Já atuou como Coord. do Proj. da Nova Identidade do Prof. da Contabilidade pelo CFC, Coord. do Grupo Nacional da Massificação da Certificação Digital pelo CFC, ITI, Câmara E.net e outras entidades. Foi colunista para Revista da FENACON, Diretor de Tecnologia e Negócios da FENACON e Diretor do AESCON-SP/SESCON-SP.

- **Bia Barbosa (Intervozes e CGI.br - Terceiro Setor)**

Jornalista, especialista em direitos humanos e mestra em Políticas Públicas pela FGV-SP. Co-fundadora do Intervozes, coletivo que atua há 15 anos em defesa do direito à comunicação e de uma Internet livre e plural, acompanhou no Congresso Nacional as tramitações do Marco Civil da Internet e do PL de Proteção de Dados Pessoais, entre outros projetos de lei relacionados a acesso, privacidade e liberdade de expressão na Internet. Integra a Coalizão Direitos na Rede.

- **Paloma Rocillo (Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS - Terceiro Setor)**

Pesquisadora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade. Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Monitora do Grupo de Estudos sobre Internet, Inovação e Propriedade Intelectual (GNET – UFMG). Participante do Programa Youth CGI.br em 2019.

- **Santiago Plata (Prefeitura de Anápolis - Governamental)**

Mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Internacional de Estudos Políticos da Universidade Nacional de San Martín (Argentina), do Global Campus of Human Rights. Especialista em Direitos da Criança e Litígio Estratégico pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, em ambos bolsista da União Europeia. É graduado em Relações Internacionais pela PUC GO, sendo bolsista do ProUni. E Consultor de Projetos do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (membro ECOSOC da ONU). Com mais de 10 anos de experiência na participação cidadã de crianças, adolescentes e jovens, como nos programas do UNICEF J8 Summit (2009), UN Major Group for Children and Youth (2012), Youth Brasil CGI.br (2017 e 2018) e Youth Ambassador Safe Internet Day da Safernet (2018 e 2019).

- **Cindyneia Cantanhêde (Universidade Federal do Maranhão - UFMA - Comunidade Científica e Tecnológica)**

Graduanda em Direito pela UFMA e pesquisadora do grupo PET em Direitos Humanos. Facilitadora do programa Youth Brasil 2020, Integra o programa ICANN Nextgen 2020. Participou da EGI 2019 pelo CGI.br e do Youth IGF Summit através da German Informatics Society. Atuou durante 2 anos como Embaixadora do Programa Youth@SID junto a Safernet, desenvolvendo o projeto “Educando para Boas Escolhas Online”.

Moderador:

- **Carlos A. Afonso (NUPEF)**

Consultor do Instituto Nupef. Foi um dos pioneiros no desenvolvimento da Internet no Brasil ao criar o Alternex como um sistema de troca de mensagens experimental que viria a evoluir para o primeiro provedor de serviços de Internet do país. Em 1995, enquanto era um dos diretores do IBASE, trabalhou para a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), do qual foi membro até 2017.

Relatora:

- **Giovana Carneiro (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro - ITS - Terceiro Setor)**

Pesquisadora júnior na área de Direito e Tecnologia do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS). Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Embaixadora do Youth LACIGF 2020. Participante do CGI.br Youth Brasil 2019 (FIB Manaus).

2. Estruturação do Workshop

O Workshop buscou promover um diálogo sobre o presente, o passado e o futuro da Governança da Internet (“GI”). Para além de ter a GI como ponto central do debate, também buscou questionar as diferentes formas de participação de jovens no debate, bem como processos de transparência envolvidos na matéria.

A metodologia fomentou intensamente a participação à medida que foi dividido em dois blocos de perguntas, selecionadas pela organização a partir de um formulário que foi divulgado nos diversos grupos de jovens interessados no tema da Governança da Internet. Durante o painel, Paloma, Santiago e Cindyneia fizeram perguntas direcionadas aos Conselheiros, havendo também espaço para perguntas do público.

3. Síntese dos debates

Os debates foram realizados a partir das perguntas específicas. Não houve, de maneira geral, dissensos. Pelo contrário, todos concordaram em relação à importância do multissetorialismo e à necessidade de aprofundamento dos pólos de discussão, em especial no relacionado aos jovens.

Pergunta 1, de Paloma à Bia Barbosa.

Paloma questionou, em menção à publicação do IRIS sobre inclusão digital como política pública, qual foi o papel do CGI.br na implementação das políticas públicas. Além disso, perguntou como diferenciar o CGI.br do próprio Estado, já que uma grande parcela do Comitê é do setor governamental.

Uma das atribuições do CGI é o estabelecimento de diretrizes e estratégias ao uso da internet no Brasil. Desde 1995, a internet e a relação com a sociedade mudou muito e outras questões se relacionam ao uso e desenvolvimento da Internet. Com base nisso, Paloma indagou se CGI.br teria uma incidência e interlocução maior nas políticas públicas, para além das questões técnicas de infraestrutura e também considerando temas econômicos, sociais, culturais e políticos.

Para Bia Barbosa, vivemos em uma sociedade cada vez mais mediada por aplicativos e por informações, pela conectividade tão fundamental e que ainda não alcança o conjunto da população brasileira - apesar de todos os esforços feitos no Brasil. Nesse contexto, ela explicou que o CGI.br acaba participando de definição de políticas públicas mais intensamente. Isso se dá de maneira positivada, no Marco Civil da Internet, a partir de 2014, atribuindo a necessidade de se ouvir o CGI.br. Ele estabelece também o princípio da regulação multissetorial. Parece muito positiva a positivação, pois o CGI.br é um espaço essencialmente de participação da sociedade civil (não somente o terceiro setor, mas os outros setores além do governo que estão representados no CGI). Esse espaço pode, a partir de um debate aprofundado e reflexões conjuntas, refletir sobre uma possível **posição de consenso para a sociedade em relação às políticas públicas**.

É por isso que quando o CGI.br se posiciona sobre determinado projeto de lei ou plano estratégico relacionado à tecnologia, há um grande peso e impacto para os tomadores de decisão. O CGI.br pode, assim, fazer uma síntese e trazer uma posição equilibrada para servir como referência e tomada de decisão do gestor e do legislador. Apesar da participação

significativa do governo no CGI.br, busca-se garantir que a posição não se confunda como uma posição “do governo”.

Bia ressalta o esforço de o CGI.br se posicionar por um consenso consultivo. Os Conselheiros se esforçam para a construção do consenso, buscando um “mínimo denominador comum” e uma solução mais equilibrada. O CGI.br tem uma posição importante também dentro dos eventos que hospedam os grandes debates públicos sobre temas relacionados à política pública. Por exemplo, o **Seminário de Privacidade do CGI.br** está em sua 11ª edição. Ele é importante não apenas para a formulação dos pontos materiais da lei, mas também de articulação e encontro de integrantes de diferentes setores em torno daquele tema. O **Fórum Brasileiro da Internet (FIB)** é também um polo importante nesse sentido. A **Escola de Governança**, por sua vez, é importante para a formação de pessoas que se interessam pelo tema. Assim, não é somente no espaço do Comitê em si que ocorre a discussão das políticas públicas no setor. Se trata, também, de considerar os encontros que ocorrem por intermédio do CGI.br.

Pergunta 2, de Santiago à Demi Getschko.

Santiago explicou que a presença da juventude no debate sobre a governança da Internet é essencial para a construção de uma internet livre, diversificada e multissetorial. Um exemplo disso é o Programa Youth do CGI.br, que busca fomentar a presença da juventude nos fóruns nacionais e internacionais. Os jovens também são de diferentes setores de trabalho e campos de especialização e o Programa Youth colabora com a formação dos jovens no que tange a Internet. Ele propõe uma reflexão sobre um Conselho Consultivo de Jovens, por exemplo, que poderia institucionalizar a participação dos jovens.

A partir disso, ele perguntou como Demi percebe a criação de **espaços permanentes** para a criação de participação de jovens, idosos, e de outros grupos da sociedade que são relevantes para o debate da governança da Internet.

Demi fez menção à ideia, muitas vezes vista como romantizada, defendida por John Perry Barlow na Declaração da Independência do Ciberespaço (veja em <https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>), que a Internet é uma rede que incluiria todos, sem preconceitos econômicos, raciais e de ideias. Para ele, ainda há um esforço de proteger essa ideia no âmbito da GI. Ele ressalta sua visão de haver uma **diferença entre a Internet e as construções feitas a partir da Internet**. Essa diferenciação é importante em tempos de críticas diversas à Internet.

Segundo ele, a Internet se manteve sólida no campo da infraestrutura. O fato de se criar um excesso de agrupamentos faz com que a rede por si só, e todas as vantagens por ela trazidas, sejam inibidas. É importante tentar voltar à ideia original. Demi é a favor de uma Internet global em que todos são representados - é isso que o CGI.br persegue. Todos devem estar incluídos na rede, mas não de maneira fragmentada em comunidades que não dialogam entre si - isso seria perder a riqueza da rede e da humanidade.

Carlos Afonso, comentando a pergunta, diz que não seria correto falar em “modelo multissetorial”. A característica de cada modelo trabalhar em conjunto depende de cada situação específica. Não é só na Internet que existe um multissetorialismo - no Brasil,

vivemos vários momentos de construção multissetorial do CGI.br. Isso, em 1995, foi antes da própria definição de “Governança da Internet”. A construção do CGI.br por si só, a construção do MCI, e também a NET Mundial, são exemplos práticos de uma atuação multissetorial. A ICANN também nasceu, e continua sendo, fruto de um processo multissetorial. Não existe, porém, um modelo que se encaixa perfeitamente em tudo.

Pergunta 3, de Cidyneia à Nivaldo Cleto.

Cidyneia chamou atenção para as **Câmaras de Consultoria**, que têm uma participação dinâmica e decisiva na construção das pautas e das decisões que ocorrem no CGI.br. Ela questionou como são estabelecidas as pautas, os desafios, bem como as possibilidades de sugestão de pautas para os grupos de trabalho.

Nivaldo explicou que as Câmaras estão dispostas no Regimento do CGI. Elas se subdividem em dois tipos, os grupos de trabalho e as Câmaras Setoriais.

Os grupos de trabalho são montados durante as reuniões mensais do pleno, que se dedicam a certas necessidades (exemplo foram os grupos de trabalho da LGPD e do destino do FUST). Esses grupos de trabalho são formados por representantes dos diversos setores e o debate ocorre dentro desses grupos, possibilitando um encaminhamento prévio do que será deliberado posteriormente em Plenário.

Segundo ele, as Câmaras, por sua vez, estão em processo de readequação. Por exemplo, a Câmara de Inovação e Capacitação Tecnológica está sendo redesenhada. Os jovens devem poder participar. As Câmaras têm objetos amplos de debates, com 16 membros convidados que não são Conselheiros. Ao final do painel, Nivaldo sugeriu que os **jovens do Youth sejam convidados a participar das Câmaras para participar da construção de conhecimento e dos debates.**

Perguntas 4, 5 e 6 (do público):

Sobre as **eleições**, Lahis perguntou o motivo de pré-aprovação dos votantes nas eleições, e quais seriam os critérios para participar desse grupo de votantes.

Demi Getschko explicou que o Decreto que cria o CGI.br define o que caracteriza cada um dos setores, bem como os votantes dos representantes de cada setor. Em geral, o Decreto cita representantes coletivos, com a natureza jurídica de Associação. A participação é aberta, mas deve haver cadastro para participação. Isso gera um Colégio maior ou menor, sendo o maior o do terceiro setor, formado normalmente por diversas ONGs.

Ainda no tema das **eleições**, Davi Teofilo questionou quais são os critérios para que associações possam participar das eleições do CGI e sinalizou o risco de influência das eleições por certos Conselheiros específicos, em um processo de **captura** para conseguir votos.

Para Bia Barbosa, o grande desafio é **equilibrar a ideia de uma máxima participação possível e critérios democráticos de participação** para que não haja um processo de captura. Para ela, de fato há um risco de “captura” e a garantia de independência dos setores se dá justamente para evitar a concretização dessa “captura”. Ela ressalta, porém, que o modelo do CGI.br já é visto como um modelo interessante de aprimoramento de participação - o que não significa que ele não possa ser aprimorado.

Paulo Lopes comentou que a visão ampla da GI esconde, às vezes, problemas específicos. Por exemplo, na pandemia percebemos que a **Internet** para saúde é muito importante, mas tem diversas **falhas**.

Carlos Afonso ressaltou que a pandemia demonstrou a fragilidade em diversos aspectos de comunicação em relação à Internet. Ele observou que muitas pessoas descobriram que com um celular de baixa qualidade com conexão falha não é possível participar de programas de escola em casa ou se beneficiar de programas de saúde que busquem, na rede conectada, uma solução para a prestação do serviço durante a pandemia.

Nesse contexto, diferentes recursos devem ser democratizados e é importante que haja uma boa conexão nas casas e nos hospitais, escolas, e as diversas outras instituições que podem utilizar a rede. Tanto a abrangência quanto a qualidade da conexão deve, assim, ser expandida, buscando um fortalecimento da estrutura de pontos de troca de tráfego no Brasil (veja mais em <https://ix.br/trafego>).

Pergunta 7, de Cidyneia à Nivaldo Cleto.

Pensando nos **padrões para a infraestrutura da rede**, Cidyneia questionou de forma seria viabilizar uma maior divulgação das iniciativas do CGI.br como a do teste de velocidade (SIMET: <https://beta.simet.nic.br/>), e de que forma a rede de jovens podem atuar como multiplicadores para que essas iniciativas cheguem ao usuário final.

Nivaldo ressaltou a importância dos testes de velocidade para que os usuários possam cobrar das empresas de telecomunicação a velocidade contratada. O NIC.br, de forma independente, marca os pontos, através do SIMET, e mostra também o mapa do melhor provedor para cada região.

Carlos Afonso observou que quando a pandemia acabar, as reuniões presenciais serão combinadas com as reuniões online. Para ele, isso reforça a necessidade de boa conectividade “na ponta”.

Pergunta 8, de Paloma à Bia Barbosa.

Quanto à **transparência**, Paloma questionou Bia Barbosa sobre possíveis formas de maximizar a transparência dentro do CGI. Ela mencionou a proposta de transmissão online das reuniões do Plenário do CGI. Porém, isso não contemplaria os outros espaços de discussão que ocorrem no CGI para além do pleno.

Bia Barbosa defendeu que o **exercício de transparência precisa ser construído na sociedade como um todo**, existindo também um grande fator cultural. Ela ressalta a lógica de transparência **ativa** que deve ser alvo do CGI. O CGI já faz, atualmente, um esforço, tanto de divulgação no próprio site, quanto da assessoria de imprensa. Especificamente quanto à reunião, parece importante que ao menos algumas reuniões sejam transmitidas - não apenas do Plenário, mas eventualmente também das Câmaras e dos grupos de trabalho.

Parece necessário, porém, pensar a participação de maneira mais ampla. Bia ressaltou que hoje, **existem 3 de 11 mulheres no CGI**. Não há nenhum negro ou negra. Jovens são raros. Ela mencionou que poderiam existir também procedimentos de **rodízio** e que há

diversos mecanismos de participação direta passíveis de implementação, como **audiências e consultas públicas**.

Pergunta 9, de Santiago à Demi Getschko.

Santiago pontuou que diversos “braços” do CGI, como o NIC.br e o CERT.br, foram criados como formas de responder necessidades que surgiram ao longo da história da governança da Internet. Nesse sentido, ele perguntou quais são as novas respostas que podemos esperar, por conta da pandemia, para o futuro da GI.

Demi forneceu um panorama histórico da GI e desse processo de institucionalização. Ele explicou que nos anos 1980, o grande problema era ter uma conexão. Era quase físico, relacionado ao “fio”. O segundo problema, seria qual linguagem seria falada no canal. Em seguida, seria necessário “dar nome” às máquinas.

Em 1989, registrou-se assim o **.br**, para que se desse nome às máquinas, mesmo antes de se ter a Internet, que entra no ar em 1991. O mesmo grupo de pessoas que buscou tais soluções à época tomou corpo e formou instituições próprias e dedicadas ao tema nos anos subsequentes. É uma linha contínua, em que diversas formalidades e processos foram criados para que pudesse haver financiamento e capilaridade às instituições envolvidas. Para ele, a partir do registro realizado pelo NIC.br, **os recursos voltam à própria Internet**, sendo assim uma “simbiose bem sucedida e vitoriosa” e um exemplo significativo em que os recursos da Internet voltam à Internet a partir do registro e da distribuição de números de IP.

4. Principais conclusões

Há muito a se percorrer no debate da governança da Internet e em relação à participação dos jovens nas decisões e discussões que ocorrem no Comitê Gestor da Internet do Brasil. Foi possível observar, no entanto, uma disposição positiva por parte dos Conselheiros a aprofundar as formas de participação da sociedade como um todo. Como exposto no item anterior, a Conselheira Bia Barbosa ressaltou, por exemplo, a possibilidade de implementação de outros mecanismos de participação, como consulta e audiência públicas.